



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

## O ENSINO DE GEOGRAFIA SOBRE A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS

### THE TEACHING OF GEOGRAPHY ON SOCIO-SPATIAL SEGREGATION IN BRAZILIAN CITIES

(Recebido em 09-03-2019; Aceito em 30-03-2020)

**Mugiany Oliveira Brito Portela**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás  
Professora de Geografia na Universidade Federal do Piauí – Teresina, Brasil  
mugiany@yahoo.com.br

#### **Resumo**

As cidades brasileiras apresentam desafios no que se refere ao espaço urbano, que não são indiferentes à realidade do processo de ensino-aprendizagem na educação básica, sobretudo quando estudados pela compreensão da Geografia. Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivos identificar alguns aspectos que podem ser estudados na escola básica quando o assunto é segregação socioespacial e contribuir para a orientação da mediação didática do professor de Geografia ao trabalhar esse assunto. Apresentam-se duas sínteses sobre as principais ideias acerca da segregação socioespacial, defendidas por autores estrangeiros e brasileiros, conforme Negri (2008) e Araújo (2017). Foram feitas algumas problematizações e sugestões sobre como mediar conhecimentos geográficos relacionados ao tema segregação socioespacial para a educação básica, como base nas proposições de Cavalcanti (2014) e Portela (2017). As ideias apresentadas reafirmam a importância da permanência do conhecimento geográfico em todos os níveis da Educação Básica bem como a indicação de que, sem entender o que é segregação socioespacial, as crianças e jovens perderão a possibilidade de se desenvolverem como cidadãos atuantes na cidade.

**Palavras chave:** Ensino; Geografia; Segregação; Cidades.

#### **Abstract**

*Brazilian cities present challenges with regard to urban space, which are not indifferent to the reality of the teaching-learning process in basic education, especially when studied by the understanding of Geography. In this perspective, this article aims to understand what can be studied in elementary school when the subject is socio spatial segregation and contribute to the didactic mediation orientation of the Geography teacher when working at this subject. Two summaries are presented about the main ideas about socio spatial segregation, defended by foreigners and Brazilian authors, according to Negri (2008) and Araújo (2017). Some problematizations and suggestions were made about how to mediate geographic knowledge related to the theme of socio spatial segregation for basic education, based on the propositions of Cavalcanti. (2014) and Portela (2017). The presented ideas reaffirm the importance of permanence of geographical knowledge in all levels of Basic Education as well as the indication that, without the understanding about what is socio spatial segregation, children and young people will lose the possibility of developing themselves as active citizens in the city.*

**Key words:** *Teaching; Geography; Segregation; Cities.*

## Introdução

As cidades brasileiras apresentam desafios no que se refere ao espaço urbano, que não são indiferentes à realidade do processo de ensino-aprendizagem na educação básica, sobretudo quando estudados pela compreensão da Geografia. Nessa medida, as crianças e os jovens que estão na escola expressam suas vivências, ou seja, sua vida cotidiana, que produz e se reproduz, em grande parte, nas cidades.

Nesse aspecto, optou-se por tratar de uma temática que compreende outras igualmente importantes. Trata-se da desigualdade que, no espaço geográfico, reflete-se na segregação socioespacial<sup>1</sup>. A escolha por essa temática foi também motivada pela leitura do relatório “A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras”, elaborado pela Oxfam – Brasil (Comitê de Oxford de Combate à fome)<sup>2</sup>, publicado em setembro de 2017, o qual utilizou informações do IBGE, PNUD, OCDE, CEPAL, IPEA, DIEESE, FORBES e Banco Mundial. Apesar de as informações não serem novidades para os estudiosos da Geografia e de não termos a pretensão de analisar esse relatório minuciosamente, a leitura dele nos fez pensar no desafio que é ensinar sobre as cidades no Brasil, um país com processos socioespaciais complexos, dinâmicos e distintos.

Além de tudo, o Brasil é um país de dimensões continentais, com diferenças e desigualdades extremas que colaboram para a produção e concretização do espaço urbano segregado. Por essa razão, defende-se que essa temática deve estar no currículo comum da Educação Básica, para que os alunos possam compreender onde e como vivem, assim como despertar o olhar para as desigualdades, com o objetivo de entender o que envolve um projeto de cidadania e igualdade.

Nessa compreensão, as desigualdades socioespaciais são aspectos apresentados como

---

<sup>1</sup> Catalão (2011) explica que Souza (2007) inaugurou um debate acerca da palavra socioespacial. Na concepção de Souza, a expressão deveria ser grafada com hífen (sócio-espacial), pois diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente, o que caberia um tratamento teórico mais profícuo. Catalão (2011), embora concorde com Souza sobre a necessidade do debate, especialmente, sobre os conceitos trabalhados pela ciência geográfica, admite que depois da reforma ortográfica e pelos estudos empreendidos pela Geografia, que se ocupam inerentemente do estudo da sociedade e das transformações no espaço geográfico, torna-se desnecessária a separação das palavras pelo hífen.

<sup>2</sup> A Oxfam chegou ao Brasil no final dos anos 1950 e iniciou seus trabalhos de forma estruturada e contínua em 1965. Na época, a atuação proporcionou o financiamento de projetos das cooperativas de crédito para agricultores familiares no Nordeste brasileiro. A confederação Oxfam decidiu criar uma afiliada brasileira com o objetivo de contribuir para o enfrentamento das desigualdades e redução da pobreza no país. Fundada em 2014, a Oxfam Brasil é uma organização sem fins lucrativos e independente, que mantém um conselho e uma assembleia geral. A Oxfam Brasil se soma às outras 19 afiliadas Oxfam, com atuação em 94 países para fazer parte de um movimento global que tem como objetivo construir um futuro sem pobreza, desigualdades e injustiças (OXFAM, 2017, p. 92).

conteúdo para a BNCC. Especificamente na disciplina de Geografia, é proposta na unidade temática Mundo do trabalho do 8º ano a seguinte habilidade: “(EF08GE17): analisar a segregação socioespacial em ambientes urbanos da América Latina, com atenção especial ao estudo de favelas, alagados e zona de riscos” (BRASIL, 2018, p.391). De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018, p.383):

Considera-se que os estudantes precisam conhecer as diferentes concepções dos usos dos territórios, tendo como referência diferentes contextos sociais, geopolíticos e ambientais, por meio de conceitos como classe social, modo de vida, paisagem e elementos físicos naturais, que contribuem para uma aprendizagem mais significativa, estimulando o entendimento das abordagens complexas da realidade...

Mas, em que medida os alunos podem desenvolver um pensamento geográfico da sua cidade e, ao mesmo tempo, estabelecer as conexões necessárias para compreender que a cidade em que ele vive ou convive tem relação com outros espaços no Brasil e com mundo? Como nós professores poderemos problematizar aspectos relativos à segregação socioespacial?

No intuito de nos aproximarmos das possíveis respostas, este texto tem como objetivos identificar alguns aspectos que podem ser estudados na escola básica quando o assunto é segregação socioespacial e contribuir para a orientação da mediação didática do professor da Educação Básica ao trabalhar esse assunto. Embora seja uma temática amplamente discutida, inova-se nesse texto por apresentar uma adequação à proposta de Cavalcanti (2014) e Portela (2017), as quais destacam a necessidade de problematizar, sistematizar, sintetizar e significar, voltada para o ensino da cidade.

### **Proposta para o ensino de cidade: compreensão das desigualdades socioespaciais**

Cavalcanti (2014) apresenta uma proposta de uma mediação didática, com três etapas principais: problematizar, sistematizar e sintetizar. Na sequência, aponta para algumas possibilidades que podem ser desenvolvidas para cada aula mediada pelo professor, seguindo os procedimentos de interrogar sobre práticas de grupos em paisagens urbanas e definir os problemas urbanos, quando for problematizar; conhecer conceitos, discuti-los de forma específica e relacioná-los às temáticas, ao sistematizar e produzir narrativas e conhecer os lugares do cotidiano dos alunos e desenvolver mapas, com representações dos pensamentos dos alunos, ao sintetizar.

Defende-se que é importante o entendimento dos alunos acerca do significado dos conhecimentos científicos para sua vida cotidiana, interpretar como é possível interferir satisfatoriamente na sua vida e na cidade e que ele possa se enxergar como cidadão que propõe e o que faz no que diz respeito ao direito a viver na cidade (LEFEBVRE, 1991; CAVALCANTI, 2008).

Nessa ação, o significar permite elaborar concepções capazes de extrapolar as paredes da sala

de aula e conduzir o aluno a ver o espaço cotidiano pelo olhar da Geografia, que se preocupa com a situação da sociedade como produtora do espaço urbano e com a coletividade. Portanto, o significar é a possibilidade de colocar em prática o exercício cidadania.

Nesse aspecto, a percepção da segregação urbana pelas crianças e jovens pode ser estimulada pelo professor de geografia, na medida em que debate os efeitos da distribuição de renda, ocupação do espaço na perspectiva da formação da cidade e dos acontecimentos que podem ter proporcionado o surgimento da segregação socioespacial.

Ressalta-se que os locais de moradias são exemplos significativos para exemplificar as distintas formas e lugares de habitar, ou ainda, o que algumas pessoas usufruem em termos de serviços urbanos, enquanto que outras não possuem o mínimo dos serviços básicos (abastecimento de água, saneamento, acesso à energia, dentre outros). A observação dessas características colabora para pensar nos lugares ainda desconectados dos centros urbanos, o que implica em questões que podem ser abordadas em sala de aula, tal como esta: que elementos contribuem para acelerar ou intensificar os processos de segregação urbana?

Seguem-se, ainda, as seguintes indagações: como a população vive em seu cotidiano? Quais as evidências de desigualdades socioeconômicas e espaciais na cidade? Como está distribuída a infraestrutura na cidade? De que maneiras a oferta dos serviços afeta a vida da população? Como são desempenhadas as atividades econômicas na cidade? Em que medida os jovens usufruem dos espaços públicos da cidade? Compreender esses aspectos pode auxiliar o professor da educação básica a apresentar aos seus alunos a oportunidade de compreender o espaço geográfico que faz parte do seu cotidiano, como e por que a segregação implica na inclusão ou na exclusão do acesso aos serviços básicos, de certo modo, e por que algumas áreas da cidade usufruem efetivamente da garantia das necessidades básicas, enquanto que outras estão mais sujeitas à falta da mesma.

É oportuno que os alunos compreendam que se segue a tendência da valorização do solo urbano, por conter serviços, comércio e outros espaços de consumo que, ao encarecer, “expulsa” os que estão à procura de estabelecer sua residência, mas não possuem o poder aquisitivo para esse espaço. Ainda, outros que já moram nesses locais acabam por vender a sua residência ou alugar, devido às possibilidades que lhes são apresentadas. Conseqüentemente, tal contingente populacional fica afastado do local com mais infraestrutura e serviços urbanos e, dessa forma, estabelece moradia longe dessas áreas. Contudo, há movimentos populacionais que ocupam solos urbanos que estavam ociosos na cidade, os quais são costumeiramente chamados de invasão.<sup>3</sup> Tal ocorrência faz com que seja possível verificar a presença

---

<sup>3</sup> Cabe lembrar que tal palavra é fruto de constantes debates entre os geógrafos, no que se refere à conotação social e política, visto que a palavra “invasão” tem sido usada com o sentido da ilegalidade, algo contrário ao juízo de valor social. O

de moradias improvisadas.

Nessa lógica, os moradores das cidades têm uma infraestrutura dos serviços públicos de forma desigual. A situação é agravada quando se pensa na condição dos moradores de vilas, favelas e bairros afastados dos centros das cidades. Apesar de a grande maioria das casas ser construída com material adequado, ainda é muito significativa a presença de casas construídas com materiais instáveis e/ou com possibilidades de ocasionar acidentes. Grande parte desse tipo de residência não é legalizada e/ou não possui registro de imóvel. Além disso, não é bem servida pelo abastecimento de energia elétrica, pelo abastecimento de água fornecido pelo sistema da rede oficial e, muitas vezes, essa população não tem acesso à água tratada, à rede de esgotos e à coleta domiciliar do lixo.

Outra particularidade relacionada à vida cotidiana dos jovens tem forte relação com a falta de segurança pública e com o aumento da sensação de insegurança na cidade. Embora haja algumas explicações para tal situação, muitos dos infratores e criminosos são pessoas jovens. Tais jovens poderiam ter tido outras perspectivas se lhes fossem dadas oportunidades de inclusão social, educacional, dentre outras, para que se sentissem cidadãos com plenos direitos. Diante de tal realidade, tem-se o medo das famílias e dos próprios jovens, o que pode inibir a frequência nos espaços públicos.

Nesse sentido, o professor poderá estimular o debate sobre o que seriam os direitos humanos, direitos sociais e direitos constitucionais e convidar os jovens a perceberem em que medida a conservação dos espaços públicos tem relação com tais direitos e solicitar do poder público mais melhorias e segurança pública.

Assim, o professor poderá conversar com os jovens sobre os casos de violência que aconteceram na cidade e procurar discutir sobre o que eles têm a dizer acerca dessa questão, como encaram a violência e o que pensam sobre as causas e conseqüências, colaborando para que eles se percebam como agentes pacificadores.

O ensino sobre a segregação socioespacial deve implicar no conhecimento das razões e conseqüências desse processo, contudo será significativo para a vida dos alunos se eles conseguirem compreender o seu papel nesse contexto, ou o que cada um representa e pode fazer para conseguir exercer a sua cidadania no espaço urbano, estabelecendo um sentido mais pleno ao que cada aluno aprendeu na escola.

Será significativo que as crianças e jovens expressem seu entendimento sobre a segregação acerca das cidades brasileiras, comparando-as a outras cidades do mundo, o que representa uma análise numa escala global, porém com o intuito de refletir os possíveis fatores de segregação, tais como

---

conceito de ocupação é considerado como mais adequado.

as guerras, as disputas religiosas, a extrema pobreza, a concentração de riquezas, a expansão das multinacionais, os avanços tecnológicos, a globalização, fatores políticos, eleitoreiros e os impactos do contexto internacional que podem sobrepor ou consolidar o cenário referente à segregação socioespacial.

### **Segregação socioespacial: problematização e aspectos que podem ser trabalhados em sala de aula**

Retoma-se aos aspectos tratados no relatório da Oxfam (2017) para problematização neste texto, dentre os quais podem ser destacados a desigualdade de renda por sexo, raça e região e a desigualdade de riqueza e desigualdades nas cidades (destacou-se a cidade de São Paulo) (OXFAM, 2017). O objetivo do relatório é tratar das desigualdades existentes no Brasil para a “redução das distâncias” dentro da sociedade brasileira.

Sobre as desigualdades, seguem alguns trechos apresentados no relatório, conforme as análises dos dados do censo do IBGE e da Secretaria da Receita Federal contidas nele (OXFAM, 2017):

O Brasil permanece um dos piores países do mundo em matéria de desigualdade de renda e abriga mais de 16 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. A tendência recente é ainda mais preocupante, com projeções do Banco Mundial de até 3,6 milhões a mais de pobres até o final de 2017(p. 10).

Entre 2001 e 2015, os 10% mais ricos se apropriaram de 61% do crescimento econômico, enquanto a fatia dos 50% mais pobres foi de 18%. Neste mesmo período, a concentração de renda no 1% se manteve estável, no patamar de 22 a 25% (p. 16).

Em relação à renda, o 1% mais rico da população recebe, em média, mais de 25% de toda a renda nacional, e os 5% mais ricos abocanham o mesmo que os demais 95%. Uma pessoa que recebe um salário mínimo mensal levaria quatro anos trabalhando para ganhar o mesmo que o 1% mais rico ganha em um mês, em média. Seriam necessários 19 anos de trabalho para equiparar um mês de renda média do 0,1% mais rico (p. 18).

Dados mais recentes dão conta de que, em Cidade Tiradentes, bairro da periferia de São Paulo, a idade média ao morrer é de 54 anos, 25 a menos do que no distrito de Pinheiros, onde ela é de 79 anos, trata-se de um dado que resume como as desigualdades se manifestam em diversas formas, sempre a um preço muito alto para a base da pirâmide social no Brasil (p. 38)

Esses trechos relevam as desigualdades de âmbito mais geral no Brasil. Do ponto de vista da distribuição de riquezas entre as regiões brasileiras, a situação fica mais dramática, sobretudo, para as regiões Norte e Nordeste. Conforme a estimativa apontada pela Oxfam (2017, p. 25), “uma pessoa residente no Maranhão ganhava, em média, 40% do que ganhava uma pessoa de São Paulo, e apenas

27% do rendimento de uma pessoa no Distrito Federal”.

Ainda sobre o Norte e o Nordeste, o relatório (OXFAM, 2017, p. 56) apresenta o seguinte contraste: “as regiões Norte e Nordeste, por exemplo, abrigam estados onde a renda é particularmente baixa e o acesso à saúde pública é mais alto”. Essas foram as duas únicas citações sobre as referidas regiões, de modo que há pouca explanação do contexto brasileiro, haja vista que as regiões Centro-Oeste e Sul foram também pouco mencionadas nesse relatório. Isso pode contribuir para a compreensão limitada das desigualdades existentes no Brasil. Por outro lado, o relatório destacou a cidade de São Paulo e os seus contrastes socioeconômicos.

Nesse cenário, é bom lembrar as palavras de Carlos (2014, p. 64) sobre a produção do espaço:

Essa prática, que envolve toda a sociedade, realiza-se no *plano do lugar* – o que não exclui outras escalas – e expõe a realização da vida humana nos atos da vida cotidiana, como um modo de apropriação que se realiza através das formas e possibilidades da apropriação e do uso dos espaços-tempos no interior da vida cotidiana. É assim que cada momento da história produz um espaço, supõe as condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos (grifo da autora).

Embora as desigualdades regionais sejam evidenciadas em diferentes estudos, os alunos da educação básica provavelmente desenvolverão suas habilidades de reflexão no seu lugar de vivência, por compreender a produção do espaço observando e analisando as implicações socioeconômicas, ambientais, culturais referentes à segregação socioespacial, o que poderá ser exercitada ao fazer comparativos com o auxílio das diferentes escalas geográficas de análises.

Nessa perspectiva, há contribuições teóricas relevantes. As pesquisas sobre a segregação socioespacial são caras aos estudiosos da Sociologia, História, Economia, Geografia, Arquitetura, Urbanismo e àqueles que se dedicam à análise do espaço urbano. De modo que, não raro, os conceitos construídos para a terminologia “segregação” são apropriados de diferentes reflexões epistemológicas, teóricas e metodológicas, conforme pode ser observado na síntese do texto de Negri (2008), apresentado no quadro 1 e do texto de Araújo (2017), apresentado no quadro 2.

O quadro 1 resume algumas ideias que foram utilizadas no mundo, com repercussões no Brasil, especialmente quando se estuda como as cidades foram se estabelecendo em centros urbanos ao mesmo tempo que se originou as áreas de periferia. As teorias apresentadas procuram ver a cidade como se os espaços fossem divididos homoganeamente e desconsideram, por vezes, aspectos relativos à localização das cidades em distintas escalas ou o que cada cidade representa para os seus habitantes, as características naturais, os espaços públicos, as possibilidades de crescimento e a heterogeneidade no espaço das cidades.

Já o quadro 2 resume como alguns geógrafos brasileiros têm trabalhado com a segregação

socioespacial. Tais autores desenvolvem pesquisas no âmbito da realidade das cidades brasileiras, o que pode contribuir para a compreensão das desigualdades existentes no modo de habitar as cidades. A esse respeito, são oportunas as palavras de Lefebvre (2016, p. 79):

O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade, mas ele permite reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo [...] O urbano, isto é, a sociedade urbana, ainda não existe e, contudo, existe virtualmente; através das contradições entre o habitat, as segregações e a centralidade urbana essencial à prática social, manifesta-se uma contradição plena de sentido.

Nessa medida, a cidade é vivenciada no cotidiano das pessoas, razão por que não podem ser compreendidos de forma dissociada. Seguindo esse raciocínio, como bem argumenta Lefebvre (2016), deve-se saber como se produz o espaço para se compreender o conhecimento da vida em sociedade. Em suas palavras, trata-se do direito à cidade, o que implica e se aplica “um conhecimento que não se define como ‘ciência do espaço’ [...] mas como conhecimento de uma produção, a do espaço” (LEFEBVRE, 2016, p. 13). Para tal conhecimento, é fundamental compreender a vida cotidiana, onde está o centro dessas “práxis”.

Por exemplo, os aspectos sociais e econômicos, interligados entre si, podem servir de pano de fundo para o entendimento de conteúdos relacionados à segregação urbana, que podem ser encaminhados pela interpretação do poder das forças dos agentes imobiliários, com forte presença do poder público e institucional e outros que podem direcionar ou encaminhar uma possível configuração espacial na cidade. Sobre esse aspecto, Pereira (2015, p. 161) afirma que a produção do espaço é dada pelo “peso do dinheiro e dos grandes empreendimentos imobiliários que executam planos, eventos e obras de infraestrutura como se fosse uma máquina na defesa de interesses específicos”.

De sua parte, Spósito (2014) apresenta a possibilidade de incluir mais um fenômeno: a valorização extrema de lugares protegidos por sistemas de controle e vigilância capazes de produzir a imagem de segurança. Como essa imagem não pode ser comprada por todos, apenas pelos que possuem condições financeiras para tal, é possível que convivam num mesmo bairro tanto ricos quanto pobres. Nas palavras de Spósito (2014, p.140):

A distância entre os desiguais, na cidade, não se opera mais, predominantemente, a partir da lógica de periferização dos mais pobres e de destinação, aos mais ricos, das áreas centrais e pericentrais, as melhores dotadas de meios de consumo coletivo (infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos).

Com outro enfoque, ao pensar na condição da moradia, é possível visualizar o processo de horizontalização, no caso das cidades que estão em processo de expansão pelos espaços ao seu redor. Há cidades convivendo entre espaços históricos e espaços caracterizados pela estruturação mais



moderna, o que inclui desde portas automáticas a sistemas de identificação por câmeras e pelas digitais, por exemplo. Mas há também os espaços da cidade que são verdadeiros labirintos de concreto, que produzem e respiram o ar urbano e, cada vez mais proeminentemente, o ar da insegurança. E, embora haja cidades relativamente tranquilas, essas não deixam de utilizar os mecanismos de segurança.

Nesse particular, destaca-se o tema do cotidiano do medo. Há geógrafos que encaminham a discussão sobre a fragmentação do espaço urbano e, em sua decorrência, a segregação. Uma das consequências dessa fragmentação é a produção da Geografia do medo e a atribuição da insegurança a determinados espaços. Conforme Souza (2008), são cidades sociopolítico-espacialmente fragmentadas, em que se dá a sensação do medo excessivo. A fragmentação é sociopolítica, ultrapassa as fronteiras das favelas, dos guetos e dos condomínios de classe média e alta. Isso pode ser exemplificado pelo circuito e controle do tráfico de drogas (SOUZA, 2008).

A insegurança pública e financeira é fator decisivo na forma como o espaço é comprado e vendido, com reflexos no estilo da habitação, na obtenção e utilização de bens duráveis e não duráveis, no uso de recursos tecnológicos, nas oportunidades de viajar e conhecer outras cidades, na não condição de possuir a casa própria, na casa em locais de risco, no acesso a poucas tecnologias, no não conhecimento sobre a própria cidade. Essas e outras formas estampam o cotidiano em espaços distintos, porém numa rede global.

**Quadro 1:** Algumas abordagens conceituais para segregação

Autor	Ideia central
<p><b>Johann Georg Kohl</b> (1808-1878). Alemão que foi historiador e geógrafo.</p>	<p>Para Correa (1999), Johann formulou o primeiro modelo de segregação. Segundo o alemão, a cidade se caracterizava por estar dividida em anéis, onde a classe alta habitava o centro enquanto na periferia viviam os pobres.</p>
<p><b>Ernest Weston Burgess</b> (1886 – 1966). Foi sociólogo e professor da Universidade de Chicago, EUA.</p>	<p>Para ele, as camadas mais ricas passam a viver nas periferias em busca de qualidade de vida e segurança, enquanto os mais pobres migram para o centro das cidades, para diminuir as distâncias do trabalho.</p>
<p><b>Homer Hoyt</b> (1895-1984). Economista estadunidense.</p>	<p>Estabeleceu um modelo economicista no qual afirmava que o padrão de segregação não seguia um tipo concêntrico, mas setores a partir do centro. Assim, a região de maiores amenidades era ocupada pela classe de mais alta renda e seus arredores, ocupados pela classe média de renda mais alta, depois a classe média e depois a classe pobre.</p>
<p><b>Robert Erza Park</b>, (1864-1994). Sociólogo norte-americano e um pensador da escola de Chicago.</p>	<p>Defende a ideia de segregação como a repartição das populações nas grandes cidades. Considera que o processo de segregação se daria no primeiro momento, com base na língua e na cultura e, posteriormente, com base na raça. Contribuiu para a “naturalização” das relações sociais na cidade.</p>
<p><b>Manuel Castells Oliván</b> é um sociólogo espanhol e professor na Universidade da Califórnia, EUA.</p>	<p>Na sua visão, a segregação social visa à reprodução das forças-de-trabalho, assim, a cidade torna-se expressão materializada da atuação da sociedade no espaço geográfico. O sociólogo a define como uma organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social (diferença e hierarquia). Segue a teoria marxista.</p>
<p><b>Peter Marcuse</b>. Professor de Planejamento urbano na Universidade de Columbia, EUA.</p>	<p>Existe um padrão geral de segregação das classes, dividida em: cultural (ex: étnicas, padrão arquitetônico), funcional (ex: divisão entre bairros residenciais e comerciais) e por diferença no Status Hierárquico (ex: relações de poder, como um condomínio fechado).</p>
<p><b>Edmond Préteceille</b>. Francês. Engenheiro que se dedica aos estudos da sociologia urbana.</p>	<p>Analisa métodos para a compreensão da segregação. Chama atenção para o perigo de usar métodos estatísticos que possam esconder a realidade. Propõe as análises dos índices globais de dissimilaridade para as unidades espaciais e o índice de segregação que compara a distribuição de uma categoria em relação à população.</p>
<p><b>David Harvey</b>. Geógrafo britânico marxista. Trabalha como professor na Universidade de Nova Iorque</p>	<p>A segregação é a diferenciação residencial segundo os grupos. Para ele, significa renda real, facilidade da vida urbana ou a ausência da proximidade aos custos da cidade, tais como: crime e serviços ruins.</p>

Fonte: organizado a partir de Negri (2008).

**Quadro 2:** Algumas abordagens conceituais para segregação - autores brasileiros

Autor (a)	Ideia Central
Ana Fani Carlos. Professora de Geografia – USP	Para a autora, a segregação se apoia na existência da propriedade privada, que se reflete nas diferentes práticas socioespaciais dos cidadãos no espaço. Nessa condição, a segregação socioespacial se apresenta como a negação do urbano ou da vida urbana, como um direito ao seu uso no sentido pleno.
Pedro de Almeida Vasconcelos. Professor de Geografia - UFBA.	Para o autor, a palavra segregação é originária do latim <i>segrego</i> , trazendo uma ideia de cercamento. Credita o início do uso dessa palavra aos sociólogos da escola de Chicago, cujo objetivo era a análise da cidade, reunindo elementos espaciais, culturais e sociais em permanente interação. O autor defende que esse conceito, ou noção, deveria ser restrito ao seu contexto histórico e nacional específico e alerta que essa determinada transposição de conceitos não condiz, por vezes, com a realidade em que se apresenta. Nesse caso, só caberia falar de segregação quando nos referirmos à segregação racial nos Estados Unidos, por exemplo.
Silvio Moisés Negri. Professor de Geografia – UFMT.	Aponta que o debate contemporâneo sobre o conceito de segregação socioespacial busca compreendê-lo como um fenômeno de múltiplas facetas, e que depende da realidade socioeconômica, política e cultural de cada país.
Marcelo Lopes Souza. Professor de Geografia – UFRJ.	Compreende a segregação residencial essencialmente como um produto da cidade, que é resultado da pobreza, do papel do Estado na criação de disparidades espaciais, das elites e dos grupos da classe média alta. O autor destaca a gravidade desse fenômeno, especialmente pela via da intolerância que a segregação alimenta e a homogeneidade entre classes favorece na medida em que se teme e se odeia a quem não se conhece.
Roberto Lobato Corrêa. Professor de Geografia – UFRJ.	Entende que a segregação residencial é a concentração de diferentes classes sociais no espaço urbano, que são homogêneas entre si, abarcando classes sociais semelhantes em determinados espaços, e heterogêneas entre elas, separando essas classes em espaços diferentes. Segundo o autor, a discussão sobre segregação residencial não deve desconsiderar temas como a jornada de trabalho, diferentes representações, movimentos sociais e a prática dos agentes sociais. Ainda para Corrêa, a segregação residencial pode ser considerada a partir de duas perspectivas: a autosegregação e a segregação imposta ou induzida.
Teresa Pires do Rio Caldeira. Brasileira e Professora da Universidade da Califórnia.	Ressalta a dimensão espacial da autosegregação. Ao analisar essa situação, entende que uma vez que os muros dos condomínios horizontais particulares são construídos de forma não democrática, alteram a vida pública reforçando a intolerância. A segunda, segregação imposta ou induzida, segundo a autora, é também resultado de uma política de classes gerada pelos grupos que detêm o poder. A segregação imposta é aquela que acontece sem alternativas de escolha locacional e tipos de habitação, ao passo que a segregação induzida permite escolhas ainda que dentro dos termos da renda, valor da terra e acessibilidade calculadas pelo mercado imobiliários, financiadas por bancos diversos entre outros atores.
Maria Encarnação Beltrão Spósito – Professora de Geografia – UNESP de Presidente Prudente/SP.	Defende que é possível tratar das diferentes noções do conceito de segregação levando em consideração os componentes de cada realidade socioespacial. Na perspectiva de Spósito, para entender como esses aspectos podem ser equilibrados é necessário compreender que a segregação está pautada em uma relação entre uma parte e o conjunto da cidade. Tal proposição permite entender as distribuições econômicas em um dado conjunto espacial. Ela pode e deve ser vista valorizando uma dimensão para reforçar as determinações de cada uma.

**Fonte:** organizado a partir de Araújo (2017).

Junto à condição de habitar, há a necessidade de se locomover entre os diferentes espaços. Em algumas cidades, as crianças e jovens não conseguem se deslocar e participar da mobilidade urbana com facilidade, muitos precisam de condições específicas de deslocamento, como as hidrovias, nas cidades ribeirinhas. Já nas cidades médias e grandes, enfrentam-se os engarrafamentos e, em geral, o caos é frequente no trânsito das metrópoles. Mas por que enfrentar os desafios de se locomover pelo espaço urbano? Essa pergunta pode motivar os alunos a pensar na necessidade constante de locomoção e assim chegar à conclusão de que é necessário deslocar-se por espaços diferentes daqueles em que vivem, seja para estudar, trabalhar, usufruir de algum serviço ou comércio, assim como em espaços de lazer e de convívio comum. Acerca desse aspecto, Barbosa (2015, p. 177) tece a seguinte consideração:

O debate contemporâneo sobre a mobilidade passa, então, a colocar em causa as espacialidades dos fluxos como ordenamento dos lugares e territórios, assim como vem se configurando como uma esfera pública de disputa política. Afinal de contas, a mobilidade tem a ver com os lugares em que podemos ir e vir, morar e trabalhar, festejar e sermos felizes.

Essa mobilidade se dá entre os espaços públicos e privados. Gomes (2012) sugere o espaço público com base em duas perspectivas: material, como as praças, as ruas etc. e imaterial, o que representa a “condição da expressão de uma individualidade que deve conviver com um universo plural – ele depende, pois, da permanente reafirmação do contrato social que o funda” (GOMES, 2012, p. 30).

Pelas considerações apresentadas, não se pode compreender a segregação socioespacial nas cidades sem levar em conta os fatores que a produzem: a força do capital no sentido de valorizar urbanisticamente, socialmente, culturalmente e de outras formas um dado lugar; igualmente a mesma força no sentido inverso para outros lugares, expostos ao mínimo ou a nenhum serviço básico (água encanada, energia elétrica, saneamento básico...); o poder público não mobilizar as condições de infraestrutura necessárias ou fazer o oposto para beneficiar os que podem pagar por eles; a pressão da violência que, apesar de generalizada em muitos lugares do Brasil, apresenta-se mais acentuada em áreas mais desprovidas dos serviços públicos (segurança, educação, atendimento médico e outros) e dos serviços privados (bancos, farmácias, lojas, mobilidade urbana, supermercados e outros).

Ao se verificar a história da política habitacional brasileira, alguns outros conteúdos geográficos ensinados nas escolas podem ser considerados, tais como a inserção dos movimentos sociais em prol da habitação do espaço urbano e, conseqüentemente, as ações do poder público e a iniciativa privada para que isso ocorra. Também é possível identificar se a criança ou o jovem mora em residências construídas por intermédio de projetos do governo, como o mais recente “Minha Casa Minha Vida”. Por meio desses mecanismos, pode-se oferecer, em grande medida, a oportunidade de ensinar e aprender sobre o direito de morar na cidade com referência a Lefebvre (1991) quando explica que ter direito à cidade é ter à

condição efetiva de usufruí-la.

No que tange à desigualdade quanto ao habitar, é possível observar que, para o IBGE (2010), há uma variedade de tipos de moradias, dentre as quais muitas pessoas moram em “aglomerados subnormais”, terminologia assim explicada:

É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. A identificação dos aglomerados subnormais é feita com base nos seguintes critérios:

a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos) e

b) Possuir pelo menos uma das seguintes características:

- urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos ou

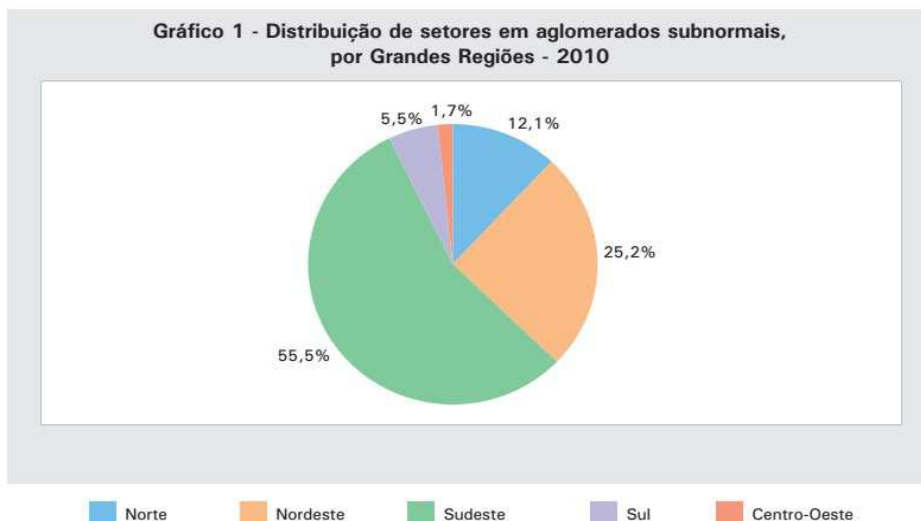
- precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto (IBGE, 2010, p. 18)

Segundo o levantamento realizado pelo IBGE (2010), existem diferentes condições de moradias: favelas, comunidades, grotões, vilas, mocambos, entre outros, que estão incluídos na classificação dos aglomerados subnormais. Esses aglomerados são diferentes um do outro, por exemplo, uma favela na cidade do Rio de Janeiro pode ter mais acessos à prestação de serviços (privados e públicos) do que uma favela na região metropolitana da cidade de Belém. Na grande Belém, de modo igual, os aglomerados podem ter melhores vias de circulação e de mobilidade do que uma favela no Rio de Janeiro. São comparações simplificadas para demonstrar como são heterogêneas as condições de vida dos habitantes da urbe em espaços segregados. De todo modo, a figura 1 apresenta a distribuição dos aglomerados subnormais por região. No Brasil, nota-se uma representatividade maior nas regiões Sudeste e Nordeste.

Na figura 2, apresenta os locais onde estão os aglomerados subnormais. Mais de 60% encontram-se nas margens de córregos, rios ou lagos/lagoas. Outros estão localizados sobre rios (palafitas), unidades de conservação, praias, aterros sanitários, mangues, faixas de rodovias e ferrovias, faixas de linhas de alta tensão, dentre outros. É possível verificar que as populações residentes nas condições

expostas estão em áreas de risco de sérios acidentes e expostas à falta de saneamento básico e outros serviços que precisariam de muitos recursos para serem viabilizados, o que distancia mais ainda a população carente de tê-los.

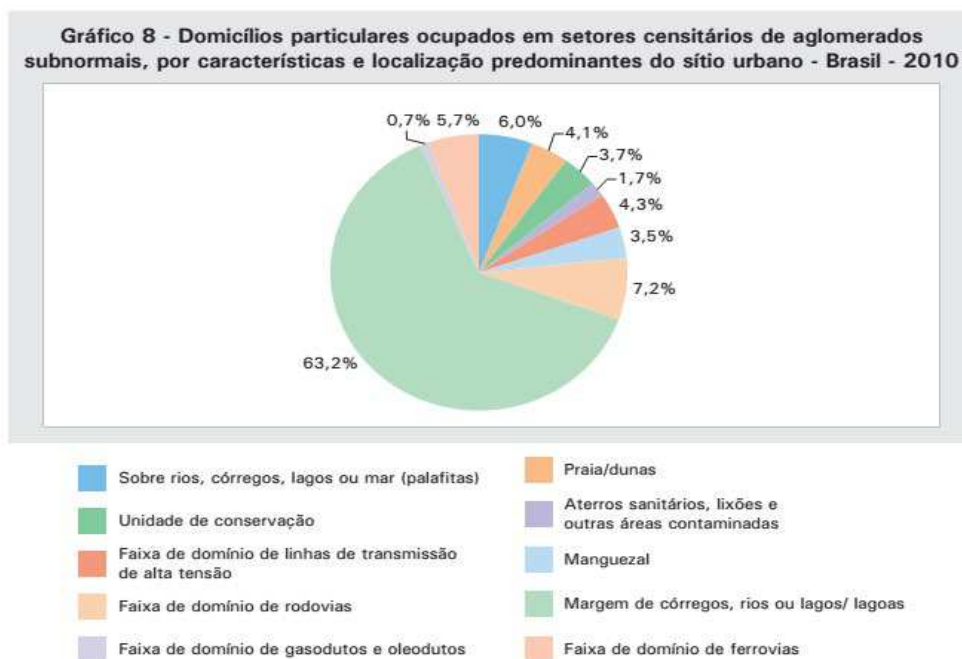
**Figura 1:** distribuição dos aglomerados subnormais por região no Brasil em 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Fonte: IBGE, 2010

**Figura 2:** Ocupação das áreas subnormais por características e localização de ocupação, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Fonte: IBGE, 2010

Algumas dessas preocupações estariam presentes no ensino sobre cidade? Como o olhar

geográfico sobre o modo de vida das pessoas e a produção o espaço urbano poderia ajudar a entender essa dimensão social? Ao fazer esses e outros questionamentos, quer-se provocar uma reflexão sobre a forma como são ministrados na educação básica os conteúdos sobre cidade, visto que o espaço consumido, antes de tudo, é coletivo.

Na segregação socioespacial, as diferenças são muito emblemáticas e deveriam ser tratadas na escola considerando o contexto do lugar de vivência dos jovens, à medida que se forem estabelecendo as conexões em outras escalas de análises. Conforme Santos (2008, p. 314 e 322), “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” e “com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializam”. Desse modo, o que as crianças e os jovens responderiam se lhes perguntassem sobre a segregação socioespacial das cidades do Brasil e do mundo?

Assume-se, no entanto, que há limitações no que concerne aos conteúdos apresentados nessa proposta, conquanto, a intenção é demonstrar possibilidades e não tentar criar uma espécie de manual a ser seguido. Além disso, tal demonstração pode contribuir no dia a dia da escola básica, na proporção que o professor entenda que, quanto mais os alunos problematizarem, entenderem-se na cidade e fizerem mais pela cidade, mais terão condições de construir e exercer um projeto efetivo de cidadania. Desse modo, a Geografia tem um papel fundamental nesse processo de ensinar a cidade.

É importante pensar que as desigualdades sociais se imprimem na paisagem. As diferenças econômicas se refletem nos tipos de moradias, nos serviços públicos e privados oferecidos, de modo que as cidades têm em sua essência a heterogeneidade, inclusive as cidades localizadas em países desenvolvidos. No caso do Brasil, as cidades, embora sigam uma classificação (pequena, média, regional, metrópole), são distintas entre si, por exemplo: uma cidade média amazônica é muito diferente de uma cidade média localizada no sudeste, que, por sua vez, é diferente de outra localizada no Nordeste e assim sucessivamente.

Então, do ponto de vista cognitivo, as seguintes perguntas podem colaborar para a construção do raciocínio geográfico em sala de aula: poderíamos elencar elementos que contribuem para intensificar os processos de segregação urbana? De que forma a vivência cotidiana dos alunos pode dar indícios de que o espaço é segregado? Em que medida os alunos compreendem que a infraestrutura das cidades, inclusive a que ele tem maior vivência, indicam as diferenças na qualidade dos serviços e infraestrutura? Quais alternativas os jovens têm diante de si para a construção de uma sociedade menos desigual?

## Conclusão

O desafio de ensinar Geografia pela compreensão do que é a segregação socioespacial torna-se

cada vez mais complexo, tendo em vista que as desigualdades no Brasil tendem a aumentar, de acordo com o que foi apresentado no relatório da OXFAM (2017).

As recentes políticas públicas têm retirado muitos direitos conquistados durante anos de luta pelos trabalhadores. Ademais, as reformas educacionais, se forem executadas da forma como estão sendo propostas, poderão privar os alunos, sobretudo os do ensino médio, do conhecimento sobre a segregação socioespacial e de outros similarmente importantes. O mais preocupante é que o Brasil tem a tradição de desvirtuar as propostas legais, o que pode tornar mais grave a legitimação da perda dos direitos à educação de qualidade para todos.

Acerca do ensino na escola, enfatiza-se que a formação de professores deve assegurar que as disciplinas ofertadas na graduação abordem a temática teórica e metodológica sobre a segregação socioespacial. Quanto ao ensino na educação básica, podem ser abordados conteúdos relativos à desigualdade social e econômica, diferenças regionais, tipos de moradia, a insegurança, a qualidade dos serviços oferecidos, os aglomerados subnormais, os espaços históricos e os modernos, os espaços públicos e privados, a exclusão social, o direito à cidade, o espaço urbano, dentre outros aspectos.

Este artigo conclui por reafirmar que o conhecimento geográfico deve fazer parte do currículo comum no Brasil, destacadamente, num país desigual e diferente. Sem a Geografia na escola, em todos os níveis e séries da Educação Básica, o acesso ao conhecimento torna-se inviável.

## Referências

- ARAUJO, Manoel Victor Peres. *Cidadania, segregação e desigualdades sociais: desafios e possibilidades da geografia escolar em bairros periféricos da cidade de Goiânia – GO*. 144f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017
- BARBOSA, Jorge Luiz. A mobilidade urbana no processo de metropolização: um ensaio crítico sobre as condições da produção social do espaço urbano no contemporâneo. In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. *Desafios da metropolização do espaço*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 171-186.
- CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. *Revista Formação Online*, n. 18, volume 2, p. 39-62, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formação/article>. Acesso em 25 set. 2017.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. A metrópole no ensino de Geografia: o que/ para que/ para quem ensinar? In: PAULA, Flávia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza; SOUZA, Vanilton Camilo. *Ensino de geografia e metrópole*. 1. ed. Goiânia, GO, América, 2014.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Lugares periféricos da cidade, vida cotidiana e o ensino de geografia. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. *A Geografia escolar e a cidade*. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- GOMES, Paulo Cesar da. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.



IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Aglomerados subnormais Informações territoriais*. Censo Demográfico, 2010. Disponível em <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10 set. 2017.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política, o direito à cidade II. Tradução Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

NEGRI, Silvio Moisés Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. In: *Coletâneas do nosso tempo*, 2008 Ano VII – v. 8 p. 129-153 n.º 8. Disponível em <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/download/108/99>. Acesso em: 20set.2017.

OXFAM. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras, 2017. Disponível em: [www.oxfam.org.br](http://www.oxfam.org.br). Acesso: 30 set. 2017.

PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. *O ensino de cidade na educação básica: conhecimentos geográficos de jovens universitários em Teresina, PI*. 2017, 265f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópolis, o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

(Recebido em 09-03-2019; Aceito em 30-03-2020)